



OAB pode propor ação civil pública, aprova Senado

Projeto, que segue para a Câmara, dá poderes à Ordem dos Advogados do Brasil para buscar na Justiça a proteção de interesses da coletividade em casos como danos ao consumidor ou ao meio ambiente

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que autoriza a Ordem dos Advogados do Brasil a propor ações civis públicas, instrumento usado para proteger os interesses da coletividade em caso

de danos ao consumidor, ao meio ambiente, à ordem urbanística e a bens e direitos de valor artístico, por exemplo.

O projeto segue agora para análise da Câmara dos Deputados. **3**



Rafaela Carreira/Presidência do Senado

Entre Rodrigo Maia e Dias Toffoli, Davi pede integração entre os Poderes

Davi defende retomada da capacidade de investimento

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem, em Nova York, que um dos maiores desafios do atual momento econômico do Brasil é retomar a capacidade de investimento. Ele participou da nona edição do encontro Brazil and the World Economy, que contou com a presença de investido-

res e empresários brasileiros e estrangeiros. Ao lado dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e da Câmara, Rodrigo Maia, Davi defendeu a união entre Legislativo, Executivo e Judiciário para tornar o ambiente de negócios no país mais competitivo e fortalecer a economia brasileira. **2**



Pedro França/Agência Senado

Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, Antonio Anastasia comanda a sessão que aprovou o projeto

Dúvidas cercam possível capitalização na Previdência **7**

Comissão aprova novo Marco das Franquias **4**

Governo pede autorização para usar títulos públicos **5**

Decreto sobre armas será discutido e pode ser suspenso **6**



Carlos Alberto/Imprensa-MG

De acordo com o projeto, o preso que não tiver recursos terá que trabalhar para ressarcir o Estado

Texto que obriga detentos a ressarcir gastos com prisão passa em colegiado

Um projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos obriga o preso a ressarcir os gastos do Estado com a sua manutenção.

Relatado pela senadora Soraya

Thronicke, o projeto determina o pagamento por meio de trabalho, caso o detento não tenha recursos próprios para o ressarcimento. A proposta segue agora para análise do Plenário. **6**

Atraso na reforma da Previdência reduziu expectativa de crescimento, diz Guedes



Pedro França/Agência Senado

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem à Comissão Mista de Orçamento que o crescimento da economia neste ano deve cair para 1,5%. A expectativa anterior, de 2,7%, foi reformulada diante da demora na aprovação da reforma da Previdência, segundo ele.

O ministro pediu que os parlamentares aprovem o projeto de crédito suplementar que autoriza o governo a usar títulos públicos para pagar despesas correntes, como pensões, aposentadorias e benefícios sociais. **5**

Ministro Paulo Guedes fala na Comissão Mista de Orçamento sobre crédito suplementar e crescimento da economia

Política Nacional de Segurança de Barragens deve ter novos itens

A Política Nacional de Segurança de Barragens pode ter dois novos objetivos: reaproveitar resíduos industriais e rejeitos de mineração e desenvolver

novas tecnologias. Projeto com essa intenção foi aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura e deve ser analisado hoje em Plenário. **3**

Alunos se preocupam com violência nas escolas, afirmam especialistas

Em audiência pública ontem na Comissão de Educação, especialistas disseram que a principal preocupação dos alunos não é a qualidade do ensino,

mas a violência nas escolas. Segundo eles, um ambiente escolar inseguro gera estresse, doenças mentais e dificuldade de aprendizado. **8**



Com os presidentes do STF, Dias Toffoli, e da Câmara, Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre participa de evento nos EUA

Davi: retomar capacidade de investimento é desafio

Presidente do Senado disse, em encontro com investidores e empresários em Nova York, que a reforma da Previdência e o controle das contas públicas garantirão ambiente de negócios favorável

UM DOS MAIORES desafios do atual momento econômico do Brasil é retomar a capacidade de investimento, afirmou ontem o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em Nova York. Para ele, a sinergia entre Legislativo, Executivo e Judiciário é fundamental para tornar o ambiente de negócios mais competitivo e fortalecer a economia brasileira.

Ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, e do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, Davi fez a afirmação na nona edição do encontro

Brazil and the World Economy, com investidores e empresários brasileiros e estrangeiros. Ele também participou de coquetel promovido pela revista *Forbes*.

— Estamos tendo a oportunidade de escrever uma nova parte da história. Não há outro caminho senão a integração entre os Poderes de forma harmônica e independente. Sem dúvida, é o caminho para que tenhamos êxito — afirmou.

Apontada por Davi como medida necessária para o equilíbrio das contas públicas, a reforma da Previdência, em exame na Câmara, já está sendo

levada ao conhecimento dos senadores por meio de uma comissão especial de acompanhamento.

Outra iniciativa liderada pelo presidente é a revisão do pacto federativo, medida que deve permitir a recuperação do equilíbrio fiscal dos estados e municípios.

— A reforma da Previdência e o controle das contas públicas são garantias para um ambiente de negócios favorável. Estamos construindo pautas e oportunidades para diminuir a desigualdade entre os brasileiros — afirmou.

Contarato critica ações do governo na área ambiental

Fabiano Contarato (Rede-ES) classificou ontem como retrocesso as ações do Ministério do Meio Ambiente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Nós temos presenciado a perda do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, a perda da Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional, o fim da Secretaria de Mudanças Climáticas, o fim do setor de educação ambiental, o fim do Plano de Combate ao Desmatamento e o enfraquecimento do Ibama e do ICMBio.

Rose aponta omissão em casos com barragens

Rose de Freitas (Pode-ES) disse ontem que o rompimento de barragens no Brasil é fruto da



Moreira Matiz/Agência Senado

“irresponsabilidade, ganância e incúria” com que esses empreendimentos são tratados.

— Desde o desastre de Mariana, tentam nos fazer crer que tudo não passou de acidente. Episódios com essa dimensão não ocorrem da noite para o dia nem por acaso. As evidências são fortes de que a Vale e órgãos governamentais já teriam conhecimento dos problemas da barragem em Brumadinho.

Cid Gomes condena cortes nos ensinos técnico e superior

Cid Gomes (PDT-CE) reclamou a população a participar das manifestações de hoje contra o anúncio do governo de



Waldemir Barreto/Agência Senado

reduzir o repasse de recursos para as universidades e institutos federais.

— Se a gente somar todos os recursos de custeio e de investimentos de todas as instituições de ensino superior do Brasil, o que o governo federal cortou foi, na média, 30%, variando de instituição para instituição. No caso da Universidade Federal do Ceará, são 38% de bloqueio.

Expira MP que destinou verba para apoio a refugiados

Terminou na segunda-feira o prazo para que o Congresso apreciasse a Medida Provisória 860/2018. O texto autorizou o Orçamento da União a doar até R\$ 15 milhões para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e para a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Os recursos serviriam para apoiar ações para interiorização dos refugiados venezuelanos, que, desde 2017, têm entrado em território nacional para fugir da crise política, econômica e social da nação vizinha.

As MPs têm efeito imediato, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso para que os efeitos sejam mantidos. Quando não são votadas dentro do prazo, perdem a eficácia. Na prática, no caso das medidas

que liberam recursos, muitas vezes a falta de votação não gera consequências porque o dinheiro já foi liberado.

Quando uma medida perde a validade, o Congresso tem um prazo de 60 dias para editar um decreto que discipline os efeitos gerados durante a vigência do texto. O prazo para o decreto da MP 860 é até 12 de julho.

Outros textos

A MP 860 foi editada no final de 2018. Em abril de 2019, outra medida (MP 880/2019) abriu crédito extraordinário de R\$ 223,85 milhões para a assistência emergencial e o acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos. Antes da MP 860, outras duas medidas já haviam destinado recursos para esse fim (MPs 823/2018 e 857/2018).

Nova lei facilita medidas de proteção às mulheres

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.827, de 2019, que facilita a aplicação de medidas protetivas de urgência para mulheres ou para seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar. O texto, que entra em vigor imediatamente, altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) e é oriundo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 94/2018, aprovado no

Senado em abril.

A nova norma dá mais poder a autoridades do Judiciário e policiais na adoção dessas medidas emergenciais protetivas. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher, ou a seus dependentes, o agressor deverá ser imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Novas subcomissões

9h Instalação de 3 subcomissões. Depois, pauta de 11 itens.

CCT Radiodifusão comunitária

9h Entre 11 itens, textos sobre radiodifusão comunitária.

CDR Belo Monte

9h Após 12 itens, instalação de subcomissão sobre a Usina de Belo Monte.

MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho

9h Análise do relatório.

CCJ Dependentes químicos

10h Entre 33 itens, o PLC 47/2018, que destina valores apreendidos do tráfico para recuperar dependentes químicos.

CRA Produção de leite

11h Entre 7 itens, o PL 575/2019, sobre IPI de equipamentos que produzem leite.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLC 37/2013, sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, está na pauta.

CCJ Combate ao tabagismo

14h Debate sobre o PLS 769/2015, que amplia medidas antibagismo.

CMO Intervenção em Roraima

14h30 A MP 865/2018, sobre crédito para intervir em Roraima, está em pauta.

MP 876/2019 Registro de empresas

14h30 Análise do plano de trabalho.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁPIDAS

BANHEIROS QUÍMICOS ACESSÍVEIS PARA DEFICIENTES AGORA SÃO OBRIGATORIOS

O presidente Jair Bolsonaro sancionou na segunda-feira uma lei que obriga a instalação de banheiros químicos acessíveis voltados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em eventos públicos ou privados (Lei 13.825).

SANCIONADA A LEI QUE REGULAMENTA EQUOTERAPIA PARA REABILITAÇÃO

A lei que regulamenta a equoterapia (tratamento multidisciplinar com interação com cavalos) como método de reabilitação de pessoas com deficiência foi sancionada e, ontem, foi publicada. O senador Flávio Arns (Rede-PR) é autor do projeto que originou a Lei 13.830.

CANCELAMENTO DE ASSINATURA DE TV PAGA FICARÁ MAIS FÁCIL

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.828, que garante o cancelamento de TV por assinatura por telefone ou pela internet. A intenção da nova lei é colocar fim aos constantes desrespeitos aos consumidores.



AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Pedro Franco/Agência Senado



Com a proposta, a Ordem dos Advogados do Brasil é incluída na lista de atores que podem propor a ação

Senado dá aval para OAB propor ação civil pública

Instrumento é destinado a proteger interesses da coletividade em casos de danos ao consumidor ou ao meio ambiente, por exemplo. Projeto aprovado ontem em Plenário segue para a Câmara

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que dá à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) legitimidade para propor ação civil pública. O PLS 686/2015, do ex-senador Cássio Cunha Lima, segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A ação civil pública busca proteger os interesses da coletividade em caso de danos ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Nela, podem figurar como réus a administração pública e qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos à coletividade.

A lista de atores que podem propor uma ação civil pública, disciplinada pela Lei 7.347, de 1985, inclui a União, os estados e os municípios, o Ministério Público e a Defensoria Pública, as autarquias, as empresas públicas e as fundações e sociedades de economia mista e associações que tenham entre seus objetivos institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ao patrimônio histórico, ao patrimônio turístico, ao patrimônio artístico, ao patrimônio paisagístico e ao patrimônio estético.

Na Comissão de Constitui-

ção e Justiça (CCJ), o projeto foi aprovado em 2017 e teve como relator Antonio Anastasia (PSDB-MG), que lembrou que o Conselho Federal da OAB é autorizado pela Constituição a propor ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Alguns senadores, no entanto, se disseram preocupados com a banalização do instrumento. O ex-senador Ronaldo Caiado, por exemplo, defendeu que somente órgãos típicos de Estado tenham a prerrogativa, e alertou para o risco de uso das ações com vinculação política.

Aprovada urgência para projeto sobre segurança de barragens

O Plenário aprovou ontem regime de urgência para o projeto que insere dois novos objetivos na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A proposta deve ser votada hoje no Plenário.

De acordo com o PL 1.452/2019, os novos objetivos são o reaproveitamento de resíduos industriais e rejeitos de mineração acumulados nas barragens e o desenvolvimento de novas tecnologias visando justamente reduzir a geração desses resíduos e rejeitos nas barragens.

Da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), a proposta busca aprimorar a segurança e o desempenho das barragens.

Comissão

O texto foi aprovado ontem mesmo na Comissão de Infraestrutura (CI).

Rose disse que as catástrofes que ocorreram em Mariana e em Brumadinho (MG) têm a ver com o modelo adotado para a construção das barragens.

De acordo com o relator do projeto, Carlos Viana (PSD-MG), é fundamental que o Brasil avance estruturalmente no setor com regulamentos e estímulos governamentais.

— Um seminário recente do setor apresentou um estudo mostrando que, somente

entre 2000 e 2014, foram gerados 5 bilhões de toneladas de rejeitos. E o mais preocupante é a tendência de aumento dessa quantidade, tanto por causa da expansão da produção, quanto por causa da qualidade inferior dos minérios a serem explorados, à medida que as melhores minas se esgotem. Minérios de menor teor geram mais rejeitos — alertou.

Viana citou ainda um desastre industrial ocorrido em Cataguases (MG), em 2003, quando uma barragem da Indústria Cataguases de Papel despejou 1,4 bilhão de litros de lixívia no Rio Pombo. O vazamento fez com que 600 mil pessoas ficassem sem água em cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Viana citou ainda um desastre industrial ocorrido em Cataguases (MG), em 2003, quando uma barragem da Indústria Cataguases de Papel despejou 1,4 bilhão de litros de lixívia no Rio Pombo. O vazamento fez com que 600 mil pessoas ficassem sem água em cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Audiência

Ontem também a CI também aprovou pedido de Jean Paul Prates (PT-RN) para a realização de audiência sobre o projeto que propõe um novo marco regulatório do setor ferroviário (PLS 261/2018).

A pedido de Wellington Fagundes (PR-MT), foi aprovada a realização de um seminário, em 14 de junho, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para discutir a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico).

Funcionários da Vale negam que soubessem de possível risco em Brumadinho

Dois funcionários da empresa Vale S.A. negaram ontem que soubessem da possibilidade de rompimento de barragem em Brumadinho, em Minas Gerais. Marilene Christina Araújo e Silmar Magalhães Silva foram convocados a depor na comissão parlamentar de inquérito instalada para apurar as causas do desastre, que matou 229 pessoas e deixou 48 desaparecidas em 25 de janeiro.

No início da reunião, o relator da CPI de Brumadinho, senador Carlos Viana (PSD-MG), leu trecho de um e-mail enviado por Marilene para um grupo de diretores da Vale em outubro de 2018. Na ocasião, ela era gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas da

companhia. Na mensagem, Marilene faz referência a um painel de especialistas internacionais reunidos em Belo Horizonte para discutir a segurança dos equipamentos da empresa. De acordo com o e-mail, a barragem requeria “mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, a fim de reduzir o risco”.

Para o relator da CPI, “havia um senso claro de conhecimento do risco”. Já Marilene afirma que, apesar de ter comunicado as conclusões do painel às instâncias operacionais da Vale, eram apenas recomendações “generalistas” fundamentadas em “análises

hipotéticas” e não apontaram “nenhum risco iminente”.

— Encaminhei para os responsáveis pelas estruturas, que deveriam implementar as ações propostas pelo painel. Só quem cuida da estrutura pode decidir sobre a estabilidade, a condição e a segurança de uma barragem. Todos os resultados consolidados foram apresentados em vários fóruns de tomada de decisão e foram distribuídos sistematicamente para as áreas operacionais “donas” das estruturas. Não recebi nenhuma resposta de nenhum dos diretores — afirmou.

Marilene disse ainda que há um processo de investigação.

— Somente esse processo vai poder apontar as causas

e as responsabilidades associadas. O que posso afirmar é que a gestão de segurança de uma estrutura e a tomada de decisão são responsabilidade exclusiva da geotecnia operacional. Essas equipes estão na área no dia a dia.

Ex-diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale, Silmar Silva também se recusou a apontar responsáveis.

— Eu seria leviano de apontar responsáveis enquanto não houver as causas do acidente.

Carlos Viana criticou a postura dos funcionários após o alerta dos especialistas.

— Todos vocês são muito graduados, todos tiveram a informação, mas ninguém tomou providências para salvar

aquelas 300 vidas? — indagou.

Silmar Silva e Marilene informaram que têm os advogados pagos pela Vale. Embora afastados do serviço desde fevereiro, continuam recebendo salários.

Para a presidente da CPI, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), “há uma estratégia montada” pela mineradora.

— Todos são inocentes. Atribuem responsabilidades aos outros. Ninguém assume nada.

Para Jorge Kajuru (PSB-GO), o discurso dos convocados deixa a impressão de que foram doutrinados sobre o que dizer e como responder à CPI.

A senadora Juíza Selma (PSL-MT) classificou a postura dos funcionários da Vale como falta de ética.

RÁPIDAS

DESARQUIVADA PROPOSTA QUE EXCLUI DO TETO DE GASTOS RECURSOS PARA EDUCAÇÃO

O Plenário aprovou ontem requerimento do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) para desarquivar a PEC 40/2017, que exclui do cálculo do teto de gastos as despesas com educação financiadas com recursos dos royalties e compensações financeiras da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para geração de energia elétrica e de outros recursos minerais. A proposta é do ex-senador Cristovam Buarque.

PEC QUE IMPEDE EXECUTIVO DE ALTERAR IPI LIVREMENTE TEM 3ª SESSÃO DE DISCUSSÃO

O Plenário fez ontem a terceira sessão de discussão da PEC 55/2015, que impede a União de aumentar ou reduzir, livremente, as alíquotas do IPI. Do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta estabelece que qualquer alteração do Executivo na alíquota do tributo deve ser submetida antes ao Senado. Assim, a medida só passaria a valer se aprovada por maioria absoluta dos senadores.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TRÊS PODERES AVANÇA EM PLENÁRIO

A proposta que estabelece que Executivo, Legislativo e Judiciário terão um sistema integrado de avaliação de políticas públicas passou ontem pela primeira sessão de discussão no Plenário. O objetivo da PEC 26/2017 é promover o aperfeiçoamento da gestão pública. A proposta é da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e tem parecer favorável da CCJ elaborado pelo relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

RODOVIA NO PARANÁ É BATIZADA EM HOMENAGEM À MÉDICA ZILDA ARNS

O Plenário aprovou ontem o projeto que denomina “Rodovia Zilda Arns Neumann” um trecho da BR-369, entre o Paraná e São Paulo. O PLC 106/2018 vai a sanção. O autor, deputado Diego Garcia (Pode-PR), destacou que Zilda Arns foi médica pediatra e sanitária e fundou, em 1983, a Pastoral da Criança. O projeto foi aprovado na Comissão de Educação (CE) em março, relatado pelo senador Flávio Arns (Rede-PR), sobrinho da homenageada.

Atualização do Marco das Franquias vai a Plenário

Segundo a relatora, Kátia Abreu, projeto aprovado ontem em comissão simplifica procedimentos burocráticos e dá mais transparência a contratos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que atualiza o Marco Legal das Franquias. O texto segue para análise do Plenário. O PLC 219/2015 revoga a atual lei sobre contratos de franquia empresarial (Lei 8.955, de 1994), substituindo-a por novas regras. Entre outros pontos, a proposta obriga o franqueador a fornecer ao interessado a Circular de Oferta de Franquia (COF) com a descrição detalhada da franquia, das atividades e da marca.

O contrato de franquia poderá ser anulado caso as informações da COF sejam falsas.

O projeto também autoriza as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as entidades controladas direta ou indiretamente por União, estados, Distrito Federal e municípios a adotar o sistema de franquia, no que couber ao processo de licitação. Nesses casos, a COF deverá ser divulgada no início do processo de seleção.

Segurança

Para a relatora na CAE, senadora Kátia Abreu (PDT-TO), a proposta gera segurança jurídica e possibilita a expansão do setor.

“A proposta avança para definir aspectos relativos a direitos de propriedade intelectual, a aplicação do instituto aos diversos setores da economia e



Marcos Oliveira/Agência Senado

Expansão do setor e segurança jurídica são os objetivos, diz Kátia Abreu

exclui termos desnecessários ao promover adequações redacionais em relação à lei hoje em vigor. Busca também simplificar procedimentos burocráticos, melhorar o nível de informação ao franqueado em potencial e atribuir transparência à política de preços do empreendimento”, defende a relatora.

Sublocação

Do ex-deputado Alberto Mourão, a proposta detalha as condições de sublocação do ponto comercial ao franqueado. Caso o franqueador seja o locatário do imóvel a ser sublocado ao franqueado, haverá possibilidade de estabelecimento do valor da sublocação em valor superior ao da locação, desde que exista a devida previsão na COF.

Segundo Kátia, o projeto corrige a terminologia da lei vigente sobre franquias, afastando a possibilidade de que o contrato dessa espécie possa ser interpretado como relação de consumo ou — no que se refere ao período de avaliação e treinamento — como relação empregatícia.

“A proposta busca demarcar

a relação do franqueado como sendo própria de fornecedor, e não de consumidor, em relação ao franqueador”, destaca a senadora.

No caso das franquias internacionais, há expressa opção pela autonomia da vontade, permitindo que as partes escolham livremente o direito aplicável ao contrato, desde que referente ao domicílio de um dos contratantes, sem levar em conta, necessariamente, a aplicação do direito do local em que o contrato foi celebrado.

Crescimento

De acordo com o documento intitulado *Desempenho do Franchising em 2018*, da Associação Brasileira de Franchising (ABF), o número de unidades franqueadas em 2018 cresceu 5,2% em relação a 2017, alcançando mais de 153 mil unidades em todo país. Além disso, diferentemente dos outros segmentos no mercado de trabalho, a expansão na geração de empregos diretos no setor de franquias alcançou 9% em 2018 proporcionando cerca de 1,3 milhão de empregos.

Avança proteção contra acidente com vidros elétricos em carros

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pretende prevenir acidentes causados por vidros elétricos de fechamento automático que não exigem pressão contínua do botão. O PLS 150/2018, do ex-senador José Pimentel, torna obrigatória a presença de proteção antiesmagamento em veículos com vidros e outros dispositivos como tetos solares, quando houver fechamento automático.

De acordo com o autor, o assunto já é tratado pela Resolução 468, de 2013, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Os efeitos da resolução passaram a valer em 2017, mas, segundo ele, algumas empresas têm recorrido à Justiça contra a obrigatoriedade da proteção. Uma das alegações mais comuns é de que o Contran não tem poder para editar essas regras. Pimentel afirma que, para preencher essa lacuna,

é preciso transformar em lei o conteúdo da resolução para evitar dúvidas de interpretação que podem dar brechas para o descumprimento da norma. Ainda segundo o ex-senador, nos Estados Unidos, nos últimos 15 anos, mais de 80 crianças foram vítimas desse tipo de acidente. “No Brasil, apesar de não haver uma estimativa em números, há vários casos noticiados pela imprensa”, destaca.

O relator, senador Styvenson Valentim (Pode-RN), alegou que é preciso levar em conta os custos decorrentes das perdas humanas, especialmente de crianças, que são as vítimas fatais dos acidentes com vidros elétricos. “Nesse cenário, é inequívoco o largo benefício que a aprovação da proposta trará”, argumenta. O projeto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa. Caso seja aprovado, irá à Plenário somente se houver recurso.

Adiada votação sobre avaliação de efetividade de subsídios

Pedido de vista do senador Marcos Rogério (DEM-RO), adiou a votação do projeto que implementa um sistema para avaliação da efetividade dos benefícios creditícios concedidos pelo governo. O PLS 457/2018, de José Serra (PSDB-SP), está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta obriga o Ministério da Economia a divulgar periodicamente demonstrativos sobre o impacto fiscal dos empréstimos e financiamentos concedidos a taxas de juros inferiores à taxa Selic. Também

deverão ser analisados os subsídios derivados de operações de crédito nas quais o dinheiro não é lastreado diretamente no Tesouro (como o Programa Minha Casa, Minha Vida, que facilita financiamentos com base em recursos do FGTS).

O relator, Oriovisto Guimarães (Pode-PR), deu voto favorável por considerar que “a transparência no setor público deve ser regra, e não exceção”. Para o senador, o projeto vai aumentar o controle do resultado de operações creditícias com taxas de juros favorecidas.

Comissão acata prorrogação de gratificações da AGU

Foi aprovado ontem o relatório da comissão mista à Medida Provisória (MP) 872/2019, que amplia o prazo para o pagamento de gratificações a servidores e empregados cedidos à Advocacia-Geral da União (AGU). A MP ainda precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A medida prorrogou até 4 de dezembro de 2020 o prazo de pagamento da gratificação de representação de gabinete e da gratificação temporária a servidores ou empregados de outros órgãos que estejam trabalhando na AGU. O prazo se encerraria em 31 de janeiro deste ano, dia em que o Executivo editou a MP. Para o governo, a prorrogação é necessária para assegurar a continuidade do serviço da AGU, que enfrenta carência de pessoal. A

situação, segundo o Executivo, tende a se agravar porque há expectativa de aposentadorias nos próximos anos.

O texto incluiu os integrantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) vindos do Ministério da Justiça e Segurança Pública entre os que poderão ser representados pela AGU em casos de investigação ou processo judicial. Antes, a lei de cooperação federativa na área de segurança (Lei 11.473, de 2007) previa a assistência aos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria de Operações Integradas e do Departamento Penitenciário Nacional que trabalham na Senasp.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) fez um apelo para que fossem incluídas no texto

reivindicações dos defensores públicos da União e ameaçou pedir vista. Apesar de concordar com o mérito da reivindicação, o relator, senador Telmário Mota (Pros-RR), lembrou que o prazo para a apresentação de emendas já havia se encerrado e que um pedido de vista poderia inviabilizar a aprovação. O texto perde a validade em 3 de junho.

A senadora Juíza Selma (PSL-MT) afirmou que a inclusão dos defensores na MP traria problemas como vício de iniciativa, aumento de despesas e falta de pertinência com o tema da MP. Sem o pedido de vista, foi aprovado o relatório de Telmário, que manteve o texto do Executivo e rejeitou as 11 emendas que haviam sido apresentadas.

Menos segurança fará país liderar acidentes de trabalho, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem o anúncio feito pelo governo de que reduzirá em 90% as normas de segurança no trabalho. Ele disse que, entre as normas a serem revistas, figuram a que trata da regulamentação do maquinário, das padarias até o setor siderúrgico, além de outras referentes a insalubridade, periculosidade, construção civil e trabalho a céu aberto. Para o senador, com a redução, o país será o campeão nesse tipo de acidente.

— Não adianta, deu acidente alguém vai pagar, e é o Estado. Mas a sequela maior é aquela que perde o braço, a perna, o olho.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Plínio quer congelar impostos de alimentos do trabalhador

Plínio Valério (PSDB-AM) disse ontem que é preciso uma reforma tributária. Para ele, o excesso de impostos cobrados pelo governo e os juros altos impedem a criação de empregos. Ele lembrou que grande parte do salário é gasto com alimentação. Para ele, é preciso congelar esses impostos.

— Que esses impostos sejam congelados e aqueles alimentos mais comuns, como a farinha, o feijão, o arroz, possam chegar com mais facilidade à mesa do trabalhador, que vê seu poder de compra, mesmo de suprir as necessidades básicas, ser trucidado, ser aniquilado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Guedes admite crescimento menor em 2019

Em audiência ontem, ministro da Economia também disse que o salário mínimo do ano que vem poderá ter reajuste maior do que a inflação se a reforma da Previdência for aprovada

CONVIDADO PARA DISCUTIR o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, que serve de base para a elaboração do Orçamento da União, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu ontem que o crescimento da economia neste ano deve cair para 1,5%. Aos senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Guedes disse que a expectativa anterior, de 2,7%, foi reformulada diante da demora na aprovação da reforma da Previdência.

— As hipóteses já foram superadas desfavoravelmente. Quando o cenário foi feito em abril, havia expectativa de que a reforma tivesse rapidez e haveria mais rapidez na recuperação econômica, com 2,7% de crescimento. A estimativa já caiu para 1,5% — disse o ministro.

Guedes afirmou também que, se a reforma da Previdência for aprovada, o salário mínimo poderá ter um reajuste maior do que a inflação.

— Nós temos a possibili-



Presidente da comissão, o senador Marcelo Castro (D) participa da audiência com o ministro Paulo Guedes (E)

dade, até 31 de dezembro, de criar uma nova trajetória de salários mínimos. Então, achamos prudente observar se as reformas vão criar algum espaço fiscal, o que pode ser usado na frente. Se não fizermos as reformas, ficaremos ilhados, estaremos cercados, todos nós. E naturalmente, esse período de austeridade é mais longo, continua mais longo — afirmou.

Educação

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) criticou o contingenciamento de re-

ursos da educação e disse que a aprovação da reforma não vai resolver, neste ano, a falta de dinheiro para o ensino público.

— O corte foi para agora, não é para daqui a um ano ou daqui a seis meses. É para agora. E esse corte para agora afeta agora as universidades, afeta agora o ensino fundamental, também o ensino infantil. E a reforma da Previdência, se for aprovada agora, os efeitos serão ao longo dos próximos anos — disse a senadora.

Em defesa do governo, o senador Oriovisto Guimarães

(Pode-PR) elogiou o realismo fiscal da atual gestão. E disse que, além da reforma da Previdência, há outras propostas para ajudar o país a sair da crise.

— A reforma da Previdência não é a solução de tudo, não é a varinha mágica. Mas ela é o cano que está vazando, por onde está sangrando cada vez mais. E ela vai sinalizar para os empresários e o investidor estrangeiro que o Brasil está fazendo a lição de casa — afirmou.

O ministro defendeu ainda mudanças no pacto federativo,

para redividir os recursos federais com estados e municípios.

Guedes também foi questionado sobre o projeto de crédito suplementar (PLN 4/2019), em que o governo pede autorização ao Congresso para quitar R\$ 248,9 bilhões em despesas correntes por meio de operações de crédito.

O assunto já havia sido discutido pela CMO durante a manhã, em audiência pública que durou mais de três horas (veja abaixo).

Aposentadoria

O ministro da Economia disse acreditar que o Congresso aprovará a proposta. Caso contrário, não haverá recursos para pagar aposentadorias e pensões, recursos para financiar a próxima safra, benefícios sociais para idosos carentes e Bolsa Família.

— Se não aprovar, o Congresso terá travado esses gastos. É uma decisão que cabe aos senhores, deputados e senadores.

Com Agência Câmara e Agência Brasil

Governo quer R\$ 146,7 bilhões para quitar despesas

O governo federal informou ontem que precisa de autorização do Congresso Nacional para utilizar cerca de R\$ 146,7 bilhões de títulos públicos para pagar despesas correntes. De maneira simplificada, é como uma pessoa ir ao banco e pegar dinheiro para pagar o aluguel.

O assunto foi debatido ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Pela primeira vez desde 1988, a CMO analisa um projeto de crédito suplementar (PLN 4/2019) com essa finalidade. O governo pede autorização para, por meio de operações de crédito, obter recursos e quitar neste ano R\$ 248,9 bilhões em despesas correntes. A maior parte (R\$ 201,7 bilhões) corresponde a benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias. Sem a autorização do Congresso, a partir de junho, faltará dinheiro para cobrir esses gastos.

O relator da proposta, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), questionou se, de fato, o governo precisa do dinheiro pedido. Segundo estudo da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, a aprovação do pleito do Executivo, além de aumentar o estoque da dívida pública, resultaria em custos adicionais com os juros incidentes sobre esses papéis.

A Constituição proíbe a realização de operações de crédito (emissão de títulos públicos) que excedam o mon-



Desde 1988, é a primeira vez que o comissão analisa texto com tal objetivo

tante das despesas de capital (investimentos e amortizações de dívida). A chamada regra de ouro só pode ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica e aprovados em sessão conjunta do Congresso por maioria absoluta — pelo menos 257 deputados e 41 senadores.

O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Otavio Ladeira, e o secretário de Orçamento Federal, George Soares, afirmaram que, em um cálculo conservador, o governo precisa de, no mínimo, R\$ 146,7 bilhões oriundos de operações de crédito para pagar despesas correntes. Isso não significa, segundo eles, que haverá emissão de novos títulos, porque podem ser usados recursos em estoque no Tesouro, desde que com autorização do Congresso

Ladeira e Soares ressaltaram que o PLN 4/2019 decorre

de dispositivos incluídos em propostas orçamentárias aprovadas pelo Congresso no ano passado. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 permite despesas condicionadas a crédito suplementar, mas, diferentemente do que aconteceu em 2018, o texto não exige que o eventual projeto mencione que todo o montante solicitado seja decorrente de operações de crédito.

Ladeira destacou ainda que a necessidade de usar operações de crédito para quitar despesas correntes é uma consequência dos déficits primários que ocorrem desde 2014. Em anos anteriores, afirmou o secretário-adjunto do Tesouro, foi possível usar outras receitas financeiras — decorrentes dos resultados do Banco Central ou do BNDES —, mas de agora em diante não há mais essa possibilidade.

Da Agência Câmara

Comissão vota aumento de fatia do Orçamento para os estados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje a proposta de Emenda à Constituição que aumenta a porcentagem de recursos para os estados no Orçamento da União. Se for aprovada, a PEC 51/2019 vai a Plenário.

O objetivo, segundo o autor, Lucas Barreto (PSD-AP), é reequilibrar as relações federativas, aumentando em 4,5 pontos percentuais a parcela do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Para isso, reduz a participação

da União de 51% para 46,5%.

O relator, Rogério Carvalho (PT-SE), apresentou parecer favorável à aprovação. “É inegável que convivemos há duas décadas com um processo de concentração das receitas tributárias na esfera federal”, argumenta no relatório.

A proposta é uma das apresentadas pelos governadores ao presidente da República, Jair Bolsonaro, para recuperar as finanças dos estados. Mas o líder do PSL, Major Olimpio (SP), entende que, para redistribuir verbas, é preciso, primeiro, haver recursos, que virão da reforma da Previdência.

Irregularidade em fundos de pensão será tema de debate

Irregularidades nos fundos de pensão e maneiras de garantir efetividade e transparência à gestão serão discutidas em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em data a ser agendada. Requerimento de Alessandro Vieira (Cidadania-SE) foi aprovado ontem.

Entre os convidados sugeridos, estão representantes dos fundos de pensão Petros (dos funcionários da Petrobras), Postalís (dos Correios) e Funcef (da Caixa) e da força-tarefa da Operação Greenfield, de-

flagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal em 2016 para apurar desvios em fundos de pensão.

Em abril, foram denunciadas 13 pessoas por envolvimento em fraudes milionárias praticadas no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trendbank, a partir de recursos do Postalís e da Petros. Entre os acusados pelo Ministério Público do Distrito Federal, estão o ex-presidente da Postalís Alexej Predtechensky e dois ex-presidentes da Petros.

Obrigação de detento ressarcir gastos com prisão vai a Plenário

Alteração na Lei de Execução Penal determina pagamento por meio de trabalho caso preso não tenha recursos próprios

A OBRIGAÇÃO DE o preso ressarcir os gastos do Estado com sua manutenção foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta (PLS 580/2015) do ex-senador Waldemir Moka, que agora vai a o Plenário, altera a Lei de Execução Penal (LEP — Lei 7.210, de 1984).

O texto chegou a ser analisado no Plenário no dia 7, mas foi remetido à CDH a pedido de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O receio era de que a imposição do pagamento levasse o apenado a trabalhos forçados ou piorasse a situação dos condenados endividados na sua reintegração.

Na CDH, a proposta recebeu voto favorável, em forma de substitutivo, de Soraya Thronicke (PSL-MS). Ela acatou emenda sugerida no Plenário por Humberto Costa (PT-PE), para tratar da situação do preso provisório. A senadora concordou que a ausência de



Relatora, Soraya Thronicke reconhece que nem sempre o Estado oferece chance de trabalho

uma sentenç a definitiva deve impedir os ressarcimentos. Soraya introduziu um teto no desconto das despesas com a manutenção do preso, caso ele não tenha condições de arcar com todos os custos. Nestas situações, o abatimento será fixado em até um quarto da remuneração recebida por ele.

A senadora declarou estar ciente de que nem sempre o Estado terá condições de prover oportunidades de trabalho para os encarcerados. Nestes casos, não deve então exigir que o detento sem recursos financeiros arque com os custos de sua manutenção.

O substitutivo mant m a ideia original da proposta, prevendo o ressarcimento obrigatório ou o pagamento por meio de trabalho para aqueles que não possu em recursos próprios. O preso que tiver condições mas se recusar a pagar ou a trabalhar será inscrito na d vida ativa da Fazenda Pública.

O texto mant m parcialmente emenda proposta por Simone Tebet (MDB-MS), para prever que o preso com condições financeiras que tiver restos a pagar seja inscrito na d vida ativa ao ser posto em liberdade.

Humberto Costa critica indicação de Sergio Moro ao Supremo

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem o anúncio feito pelo presidente Bolsonaro, de que vai indicar o atual ministro da Justiç a e Seguranç a Pública, Sergio Moro,   próxima vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

— Fica evidenciada sua delib rada militância política durante todo esse tempo em que destroçou a Constituição para condenar injustamente o presidente Lula. Houve uma espúria promessa de compra e venda de uma cadeira do Supremo Tribunal Federal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Heinze comemora fábrica de sílica em Itaqui (RS)

Luis Carlos Heinze (PP-RS) registrou ontem a chegada da primeira fábrica produtora de sílica orgânica no país. O senador informou que o grupo Oryzasil se instalou na cidade gaúcha de Itaqui. Ele ressaltou que o município, assim como outros da região,   produtor de arroz e tem capacidade para impulsionar a geração de energia limpa, por meio da queima da casca do arroz, além do desenvolvimento tecnológico para produção da sílica.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Divergências ajudam a construir um país melhor, diz Reguffe

A divergência de opiniões é importante para a democracia, um país melhor se constrói com diálogo, defendeu ontem Reguffe (sem partido-DF). O senador disse estar preocupado com a falta de respeito ao posicionamento contrário, principalmente quando o debate é virtual.

Reguffe disse ter percebido essa intolerância quando, por meio da sua rede social, se disse contrário   decisão do presidente de flexibilizar o uso e o porte de armas.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Subcomissão debater  sistema penitenciário

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem a criação de uma subcomissão sobre o sistema penitenciário.

O colegiado terá cinco titulares e cinco suplentes e deverá apresentar um relatório em 210 dias.

O requerimento   da senadora Soraya Thronicke, relatora do projeto de lei que obriga presos a ressarcir

ao Estado as despesas com sua manutenção no estabelecimento prisional.

Durante audiência pública que debateu o assunto na segunda-feira, diversos convidados sugeriram a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a gestão do sistema penitenciário do país.

Decreto das armas será tema de debate e pode ser sustado

O Plenário aprovou ontem requerimento que reunirá na mesma tramitação todos os projetos de decreto legislativo (PDLs) que questionam a expansão da posse e do porte de armas pelo Executivo. O Senado tem quatro projetos de decreto legislativo que propõem a suspensão dos efeitos da medida.

No dia 7, o presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.785, que regula a venda, o registro, a posse e o porte de armas no país. Ele libera o porte para diversas categorias profissionais, além daquelas já previstas na lei, e permite a circulação de armas de maior calibre.

O decreto será debatido em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), em data a ser agendada, por requerimento de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem pelo colegiado.

No Senado, já foram apresentados, para sustar o decreto, o PDL 233/2019, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o PDL 238/2019, de Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato (Rede-ES), o PDL 239/2019, de Eliziane Gama (Cidadania-MA), e o PDL 235/2019, de Paim, Humberto Costa (PT-PE), Paulo Rocha (PT-PA), Rogério Carvalho (PT-SE), Jaques Wagner (PT-BA), Jean Paul Prates (PT-RN) e Zenaide Maia (Pros-RN). Esses projetos v o compartilhar

o mesmo relator e o mesmo parecer na Comissão de Constituição e Justiç a (CCJ), para onde irão a princípio. A autora do requerimento foi a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS). Depois, o Plenário dará a palavra final sobre eles.

Randolfe adiantou que apresentar  pedido de urgência para os requerimentos. Ele e Contarato acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o decreto, questionando sua legalidade. A arguic o dos senadores será relatada pela ministra Rosa Weber.

Já Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) defendeu o decreto. Segundo ele, o país já vive em clima de barbárie, mas apenas os “marginais” têm acesso às armas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petec o
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: S lvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo S 
Serviço de Arte: Bruno Baz lio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado**   elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Proposta de capitalização individual gera receios

PEC da Previdência diz que uma norma complementar deverá tratar da mudança para um sistema de capitalização, mas deixa dúvidas sobre temas como a participação patronal

Augusto Cesar de Castro



A PROPOSTA DE reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro (PEC 6/2019) prevê a criação do sistema de capitalização, quando a contribuição previdenciária que é descontada do salário bruto vai para uma conta individual do trabalhador. É essa conta que será usada para bancar a aposentadoria no futuro.

No Brasil, segundo a Constituição, o que existe hoje é o sistema solidário ou de repartição, no qual os benefícios dos que já estão aposentados ou recebendo pensões são pagos pelas contribuições recolhidas dos trabalhadores na ativa. Nele, patrões e governo também contribuem e os benefícios são calculados pela média dos salários de contribuição.

Pela PEC, o Executivo deverá propor uma lei complementar para instituir o regime de previdência social com base no sistema de capitalização de contribuição definida. A gestão das reservas individuais poderá ser feita por entidades públicas ou privadas de previdência, que terão de assegurar ampla transparência, acompanhamento pelos segurados e beneficiários e fornecimento de informações das rentabilidades e dos encargos administrativos.

A contribuição mensal será escolhida no ato da adesão do trabalhador à capitalização (10% do salário bruto, em média) e o valor da aposentadoria dependerá de quanto o trabalhador poupou e da rentabilidade de sua conta individual, que vem da aplicação dos recursos no mercado financeiro



Pedro Franco/Agência Senado

Projeto de lei sobre transição do regime de repartição para o de capitalização ainda não foi enviado ao Congresso

pelos operadores que vão gerir os fundos, geralmente bancos.

A PEC em tramitação no Congresso autoriza que o sistema de capitalização possa ser nos modelos tradicional ou nocional (relativo a noção ou a ideia). No modelo nocional, a conta individual do trabalhador seria virtual e gerida pelo Tesouro Nacional, que não aplicaria o dinheiro no mercado financeiro, mas garantiria rentabilidade baseada no crescimento do PIB ou na taxa de juros, por exemplo.

O senador Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu um fundo administrado por um conselho.

— Conta individualizada, capitalizada, com a contribuição do empregado, do empregador e com a contabilização dos ativos das empresas estatais, num grande fundo, que geraria uma poupança fortalecida no país, fundo administrado por um conselho de integrantes do poder público e do setor privado, com a multiplicação de valores na aplicação dos recursos — explicou.

De acordo com a PEC, o sistema de capitalização será implementado de maneira

alternativa ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e aos regimes próprios dos servidores públicos (RPPS) e terá um fundo solidário que garantirá o piso básico, de um salário mínimo, a todos que não conseguirem poupar o suficiente para uma aposentadoria de ao menos um mínimo.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a capitalização é o “maior absurdo de toda a reforma” e representará a privatização da Previdência Social.

— Mostramos na CPI da Previdência que os bancos são os que mais devem e vão ser os grandes contemplados pela reforma. Quem for fazer uma poupancinha no banco, vai obrigatoriamente pagar 10% do seu salário. O empregador vai contribuir? A União vai pagar uma parte? As Forças Armadas entram? — questionou.

Paim receia que as empresas só passem a contratar novos trabalhadores se eles concordarem em aderir à capitalização. Para ele, a reforma tributária é mais urgente para o país.

Segundo a PEC, o sistema de capitalização a ser instituído deve prever também benefícios

para licença-maternidade, incapacidade temporária ou permanente e morte do segurado. Na avaliação do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, o conceito não está claro. A PEC apenas determina que o sistema “poderá” ter contribuições patronais e dos entes federativos.

— Não dá para imaginar que o regime de capitalização vá substituir o de repartição. Quem diz isso não conhece a realidade brasileira. A PEC é bastante genérica. Não fica claro se haverá contribuição patronal. Como fazer projeções dos efeitos dessa transição sem informações?

Coexistência

Para Salto, a saída será caminhar para o sistema misto, com a capitalização coexistindo com o regime de repartição.

— A capitalização pura não é recomendável para um país como o Brasil, ainda muito desigual e muito pobre.

O professor de direito previdenciário Márcio Roberto Paulo diz que países que adotaram o sistema de capitalização

voltaram atrás, devido ao achatamento das aposentadorias.

— O Brasil quer implantar algo que não deu certo em países que estão muito à frente. Como aderir a um plano de capitalização se não sei quem vai gerir o meu dinheiro? E se o banco falir, quebrar, quem vai cobrir o rombo?

Para ele, a reforma é necessária, mas o texto enviado pelo governo é confuso.

— A insegurança jurídica está muito grande. Nas entrelinhas da reforma tem um prejuízo social gigantesco, um retrocesso social — alertou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em março, que o aperfeiçoamento do atual sistema é necessário para que haja “potência fiscal” capaz de permitir a transição para um regime de capitalização. Ele explicou que a capitalização seria uma fase posterior da reforma, garantida pelos ajustes iniciais (como aumento da idade mínima e das contribuições).

Na Câmara, o ministro disse que a capitalização “segue princípios financeiros saudáveis”.

— Não haverá bomba demográfica, pois o aposentado não dependerá de um jovem para pagar seu benefício. Ele mesmo vai acumulando.

Para o senador Rogério Carvalho (PT-SE), haverá a perda de receitas no sistema de repartição quando os novos recursos descontados dos trabalhadores abastecerem suas contas individuais, em vez de servirem de fonte de financiamento para o pagamento do benefício de quem está aposentado.

— Isso altera o conjunto das contas públicas — explicou.

Debatedores divergem sobre efeitos da reforma para mulheres

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) discutiu ontem os impactos da reforma da Previdência para as mulheres. Na opinião da representante do Movimento Mulheres em Luta, Marcela Azevedo, não aumentará a geração de renda e as desigualdades sociais entre homens e mulheres vão ficar maiores. Impressão diferente da dos representantes da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que salientaram a necessidade das reformas para equilibrar as contas públicas.

Marcela delineou as condições desfavoráveis da mulher no mercado de trabalho, citando dados sobre dupla jornada, diferença salarial e elevada rotatividade. Ela lembrou que na reforma trabalhista do

governo Michel Temer, a mão de obra feminina também foi particularmente prejudicada.

— A maioria das mulheres se aposenta por idade porque não consegue somar o tempo de contribuição, devido a muitas interrupções em sua vida laboral. Imagine esse tempo aumentado com a reforma da Previdência — afirmou.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), acompanhou a debatedora nas críticas aos argumentos pró-reforma, com ênfase na elevação da idade mínima de aposentadoria, e comparou desfavoravelmente a proposta previdenciária de Jair Bolsonaro com a de Temer:

— Temer, com todos os defeitos dele, não chegou ao absurdo dessa tal de capitalização. Dos 30 países que foram para a capitalização, por que 18

já desistiram? — questionou.

Marcela também criticou a capitalização:

— A experiência concreta da aplicação dessa política é o crescimento do número de idosos no Chile — explicou, ao pedir prioridade à auditoria da dívida pública e à investigação dos grandes devedores.

Posição do governo

Representante do governo, Gleyce Anne Cardoso classificou como “incontornável” a discussão sobre o déficit da Previdência. Ela concordou que o desequilíbrio das contas é danoso às mulheres

Também da secretaria, o assessor Marcelo Dias lembrou que a proporção de gasto previdenciário no Brasil já se aproxima da de países de população mais idosa e disse considerar a



Jefferson Raully/Agência Senado

Paulo Paim (C) comanda audiência pública sobre impacto da reforma

reforma uma alternativa menos desvantajosa que aumentar impostos, elevar a dívida pública ou emitir moeda.

Líder do Grupo Mulheres do Brasil, Glória Guimarães ressaltou a importância “genérica” da reforma como maneira de favorecer o ambiente econômico e estimular o investimento

social e pediu a contribuição do Legislativo para uma solução que leve em conta o envelhecimento.

— A Previdência deve ser reformulada de modo a atender tanto aos interesses da população quanto aos do mercado, no intuito de buscar mais emprego e renda.

Debate: medo da violência supera preocupação com ensino nas escolas

Segundo especialistas, a violência aparece em pesquisas como a principal preocupação dos alunos de escola pública e prejudica aprendizado

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), especialistas disseram que a violência na escola é o principal medo dos estudantes, superando a preocupação com a qualidade do ensino. A audiência foi requerida pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO) depois do massacre, em março, na escola estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), quando dois jovens mataram sete pessoas.

O diretor de Estratégia Política do Movimento Todos pela Educação, João Marcelo Borges, citou pesquisa feita com 1.551 jovens das Regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste na qual a violência apareceu em primeiro lugar.

— A segurança não deveria sequer ser preocupação do aluno de 15 a 17 anos que vai à escola. Mas, principalmente nas mais pobres, ela aparece como o fator mais relevante.

Na avaliação dele, o país não está preparado para lidar com as doenças mentais e os problemas de aprendizado decorrentes da insegurança nas escolas.



Senador Flávio Arns (2º à esq.) preside debate com especialistas

A diretora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Marilene Rebello, citou outra pesquisa, do Conselho Federal de Psicologia, na qual os alunos denunciaram uma cultura de violência que se manifesta não apenas em agressões físicas, mas em xingamentos e bullying. Eles também reclamaram de ausência de diálogo com diretores e coordenadores pedagógicos, que, segundo Marilene, se sentem despreparados para enfrentar o problema.

Ela lembrou que tramita no Congresso um projeto que pode mudar essa situação: o PLC

60/2007, que retornou à Câmara após aprovação no Senado na forma de substitutivo do senador Flávio Arns (Rede-PR). O texto garante atendimento psicológico e assistência social a alunos de escolas públicas de educação básica.

Professor armado

O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) questionou os especialistas sobre a possibilidade de armar professores e funcionários nas escolas brasileiras. Ele citou uma lei aprovada no início deste mês pelo estado norte-americano da Flórida permitindo que

funcionários sejam treinados para reagir contra atiradores.

Borges afirmou ter dúvidas sobre o benefício de armar professores. Para ele, o debate precisa ser aprofundado levando em conta a realidade brasileira.

— É provado que, quanto mais armas, mais violência, mas isso também não significa que ter pessoas capacitadas para dar uma resposta rápida em certas situações seja ruim.

Wellington Fagundes (PR-MT) informou ter apresentado em abril o PL 2.256/2019, que traz medidas como controle eletrônico de entrada nas escolas e procedimentos de segurança em casos de ocorrência grave como a de Suzano.

Nelsinho Trad (PSD-MS) defendeu programas que melhoram o ambiente escolar. Renilde Bulhões (Pros-AL) disse que é preciso investir também na capacidade de o professor se relacionar com os alunos. Styvenson Valentim (Pode-RN) avaliou que o contexto social e as relações familiares conturbadas também repercutem na escola.

Doador de sangue poderá ter direito a meia-entrada em eventos

Doadores regulares de sangue terão direito à meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos. O benefício está previsto no PL 1.322/2019, aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O autor, Fabiano Contarato (Rede-ES), apresentou dados

do Ministério da Saúde, de 2016, segundo os quais apenas 1,6% da população brasileira doa sangue. O número está abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que sugere que ao menos 4% da população seja doadora.

“O Estado não tem consegui-

do educar seus cidadãos com a cultura de doação de sangue. Assim, mostra-se necessário que o poder público tome medidas incentivadoras para o ato”, aponta Contarato.

Relatora da proposta, Leila Barros (PSB-DF) apresentou parecer favorável com duas emendas que retiram o deta-

lhamento dos procedimentos para comprovação e identificação do doador frequente.

“Optamos por manter a essência da intenção do legislador, para que os pormenores sejam tratados em regulamento”, explica. O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Candidato não aprovado terá acesso a notas do vestibular

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.826, que garante ao candidato não classificado em processo seletivo para curso superior de graduação o direito de ter acesso às suas notas ou indicadores de desempenho em todos os exames, provas e demais atividades de seleção, além

da sua posição na ordem de classificação final.

A nova norma, que entra em vigor imediatamente, modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB — Lei 9.394, de 1996) para assegurar o direito aos candidatos.

A lei resulta do PLC 42/2015, aprovado no Senado em março.

Colegiado analisa incentivo a alimentos saudáveis em escolas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá examinar hoje texto que disciplina a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar. Do senador Paulo Paim (PT-RS) e relatado por Chico Rodrigues (DEM-RR), o projeto prevê a promoção de

ações destinadas a incentivar a alimentação saudável.

O PLS 357/2015 determina a proibição do licenciamento e da renovação dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos que comercializarem nas escolas bebidas de baixo teor nutricional ou alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio.

Alfredo Chaves (ES) pode se tornar a Capital Nacional do Inhame

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem proposta que concede o título de Capital Nacional do Inhame ao município de Alfredo Chaves (ES). O PLC 127/2018 segue para análise do Plenário.

O autor, deputado Lelo Coimbra (MDB-ES), ressalta a

alta produtividade do inhame no município.

O inhame é uma das principais fontes de renda para 600 famílias do distrito de São Bento de Urânia, em Alfredo Chaves. O município é o maior produtor de inhame do país, com uma safra de 50

mil toneladas por ano.

Na CE, a proposta foi relatada pelo senador Marcos do Val (Cidadania-ES), que emitiu parecer favorável ao destacar que a produção também está inserida na vida cultural da região.

“Anualmente, o município

promove a Festa do Inhame. Durante o evento, há atividades como a Missa da Colheita, com a participação das comunidades vizinhas, exposição e comercialização de inhame e de produtos típicos, almoço típico e shows de calouros”, afirma no relatório.

Randolfe apoia greve nacional da educação, marcada para hoje

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) manifestou apoio à greve nacional da educação, que reunirá a partir de hoje estudantes e professores de diversos municípios.

— O ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez uma série de declarações desastrosas. Em uma delas, disse que as universidades brasileiras só serviam para balbúrdias, para drogas. Esse corte na educação tem um fundo ideológico, tem um fundo de maldade. Depois, veio aqui no Senado dizer: “Nós teremos o dinheiro de volta depois que aprovar a reforma”. Ora, vão fazer chantagem lá no inferno!



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kajuru questiona cortes no orçamento de universidades

Enquanto a Alemanha anuncia 160 bilhões de euros em verbas para universidades e pesquisas científicas, o Brasil reduz o orçamento do ensino superior e técnico em 30%. Com essa comparação, Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou em Plenário a medida anunciada pelo governo federal. O senador comparou a diferença de prioridades entre os países. Segundo ele, na Alemanha, o governo planeja os investimentos na área da educação para a próxima década. Já no Brasil, os cortes que influenciam diretamente a vida de alunos e professores são feitos por um ministro, “sem nenhum critério aparente”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Rocha critica contingenciamento para ensino superior

Paulo Rocha (PT-PA) criticou o contingenciamento de 30% do orçamento para o funcionamento das universidades federais, anunciado pelo governo. O senador informou que caso a medida não seja revertida, as instituições ficarão sem recurso para custear despesas mínimas de funcionamento dos espaços físicos, manutenção de serviços e até mesmo o fornecimento de água e energia.

— Um país sem pesquisa é um país fadado ao atraso, à subserviência de outros países desenvolvidos. Estamos perdendo a nossa soberania — lamentou.



Waldemir Barreto/Agência Senado